



17^e CONFÉRENCE OIDP | MONTRÉAL 2017 PARTICIPATION SANS EXCLUSION

Declaração final

A decima-sétima conferência do Observatório Internacional da Democracia Participativa aconteceu em Montreal de 16 a 19 de junho de 2017 e esta reuniu algumas centenas de participantes, vindos de mais de 30 países e com backgrounds diversos: as autoridades locais, os centros de pesquisa universitária e a sociedade civil. Nós encontramos deste modo praticantes da democracia participativa, tanto do nível de estruturas municipais, quanto do mundo associativo e de instituições que se interessam por estas práticas. Isto fez da Conferência um lugar de trocas de experiências extremamente ricas.

Foi em torno da questão da “Participação sem exclusão” que os participantes orientaram os seus trabalhos.

Os participantes da conferência apoiam o engajamento da comunidade internacional através de diversas agendas internacionais, nas quais os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e o Novo Programa para as Cidades e Estabelecimentos Humanos são: a promoção, a criação de mecanismos institucionais, políticas jurídicas e financeiras para colocar em prática plataformas inclusivas que permitam a participação efetiva de todos os mecanismos de tomadas de decisão, de planejamento e follow-up, assim como uma participação cidadã mais encorpada.

Os participantes na Conferência reconheceram que em diversas regiões do mundo a participação cidadã na vida democrática não é alcançada. De maneira frequente é no nível local que se quebra o gelo e que começam a surgir os primeiros mecanismos que vão ao encontro da democracia participativa. O nível local afirma-se muito bem na participação, com os cidadãos sentindo-se de maneira especial convocados pelos gestos das autoridades locais que são ligados ao seu cotidiano. Deste modo são desenvolvidas intervenções como o orçamento participativo, o qual tem sido utilizado em larga escala em vários países da África e da América Latina.

As novas ferramentas digitais possibilitam igualmente a ampliação considerável do campo da participação pública. Entretanto, os participantes estimam que os recursos destas ferramentas também podem ser geradores de exclusão. É necessário, desta forma, intensificar as ações para se encontrar os meios de minimizar ou evitar o fracasso digital. De modo mais geral, devemos trazer a questão das vantagens e dos limites específicos na participação virtual, em comparação com a participação presencial.

De maneira ainda mais geral, a reflexão do Observatório e de seus membros devem se dirigir ao como certificar-se que todas as camadas da população participem nas ações da democracia participativa? Como podemos garantir a participação dos grupos minoritários, dos cidadãos menos escolarizados ou daqueles com pouco acesso à informação? Não se desejam jamais estas exclusões, porém, deve-se interrogar a sub-representação de certos grupos no processo da democracia participativa.

Como resolver esta questão? Como favorecer uma maior participação de maneira presencial? Quais ações devem ser tomadas para se garantir que as famílias, jovens, os imigrantes e os idosos participem? Como reforçar os recursos dos governos locais para que estes assumam os direitos econômicos, sociais e culturais das populações que são geralmente excluídas na definição das agendas de desenvolvimento? Vários modelos e ferramentas foram apresentados na Conferência de Montreal.





17^e CONFÉRENCE OIDP | MONTRÉAL 2017 PARTICIPATION SANS EXCLUSION

Os trabalhos da conferência são concluídos com as seguintes constatações:

1. Os territórios são essencialmente os espaços indicados para a operacionalização das agendas de desenvolvimento e os governos locais são parceiros fundamentais na resolução dos inúmeros desafios aos quais confrontamos em nosso mundo. Na verdade, em contato direto com os cidadãos, eles têm um conhecimento imediato do impacto nas populações dos grandes desafios mundiais, sejam eles sociais, econômicos ou ambientais.
2. Os processos e as práticas da democracia participativa são essenciais para implicar as populações no seu desenvolvimento e para combater o negativismo e o cinismo que acontecem com muita frequência em nossas sociedades. A democracia participativa permite a mobilização de um número mais significativo de agentes no surgimento de sociedades mais justas e igualitárias.
3. A luta contra a exclusão deve ser reafirmada e ser seguida com diligência para que as nossas cidades possam se beneficiar da contribuição de grande parte da população que não é bem representada no debate público.
4. Todas as partes interessadas devem intensificar sua colaboração tanto em escala local, nacional, quanto internacional para que se possa facilitar a inclusão de setores da população com frequência mais frágeis, as quais não estão envolvidas de maneira adequada no provir de seus meios de vida.
5. O recurso da utilização de novas tecnologias deve ser intensificado para se ampliar o número de cidadãos e cidadãs que participam nos diferentes mecanismos da democracia participativa. Estas ferramentas digitais se desenvolvem com grande velocidade e são muito preciosas. Não obstante, todos devem ter em mente que o acesso não é igual, e que os grupos de cidadãos correm o risco de serem excluídos desta revolução na maneira que acontece na democracia participativa. O fracasso digital precisa ser diminuído. Todos devem se comprometer!

Montréal 19 de junho 2017

